

Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2013.022452-1, de Maravilha
Relator: Des. Sérgio Roberto Baasch Luz

TRIBUTÁRIO. IPTU. APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. CELESC. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCESSIONÁRIA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. IMUNIDADE RECÍPROCA. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, INC. VI, ALÍNEA "A", DA CRFB/88. ILEGALIDADE NA INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. MATÉRIA DECIDIDA EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO MANDAMUS COMO AÇÃO DE COBRANÇA E PARA BUSCAR EFEITOS PATRIMONIAIS PRETÉRITOS (SÚMULAS 269 E 271 DO STF). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SEGURANÇA CONCEDIDA EM PARTE.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Biasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. *Francisco Oliveira Neto*, j. 26.2.2013)

"O mandado de segurança não é substitutivo da ação de cobrança (STF, Súmula n. 269), bem como a concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria (STF, Súmula n. 271). Do mesmo modo, o writ não se presta como meio alternativo à repetição de indébito." (MS n. 2003.010691-0, da Capital, Rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 12.11.2003). (Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2010.004189-4, da Capital, rel. Des. *Sérgio Roberto Baasch Luz*, j. 6.4.2010)

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2013.022452-1, da comarca de Maravilha (2ª Vara), em que é apelante Celesc Distribuição S/A, e apelado Município de Iraceminha:

A Segunda Câmara de Direito Público decidiu, por votação unânime, dar parcial provimento ao recurso para reformar a sentença de primeiro grau e conceder, em parte, a segurança, determinando-se que o Município de Iraceminha se abstenha de lançar e cobrar o IPTU tão somente do imóvel registrado sob a matrícula n. 16.159, além de reconhecer a ilegalidade da incidência tributária a partir da data de impetração da ação mandamental. Sem custas e honorários advocatícios.

Participaram do julgamento, realizado no dia 18 de fevereiro de 2014, os Exmos. Srs. Des. Cid Goulart e Des. Francisco de Oliveira Neto. Funcionou como representante do Ministério Público o Dr. André Carvalho.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2014.

Sérgio Roberto Baasch Luz
PRESIDENTE E RELATOR

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta por Celesc Distribuição S/A contra a sentença (fls. 144-146) que, no mandado de segurança impetrado em face de ato coator praticado pelo Município de Iraceminha, denegou a ordem, "*mantendo hígida a cobrança do IPTU sobre o imóvel descrito na inicial*".

Alega que, por ser concessionária prestadora de serviços públicos, todos os bens e instalações por si utilizados para distribuição de energia elétrica pertencem à União, conforme Contrato de Concessão n. 056/99 Â- ANEEL, e que, por expressa limitação constitucional, tais bens estão abrigados pela imunidade tributária recíproca.

Portanto, a sociedade de economia mista, quando substitui o Estado na prestação de serviço público, obrigatório, essencial e de responsabilidade exclusiva, está acobertada pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da CRFB/88.

Contrarrazões às fls. 169-170.

A douta Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer do Dr. Francisco Jose Fabiano, opinou pelo parcial provimento do recurso.

É o relatório.

VOTO

A questão fulcral da lide repousa em saber se as sociedades de economia mista, na condição de prestadoras de serviços públicos, gozam ou não da imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição da República, relativa à exigência de IPTU e outros impostos.

Parece que a dúvida ganhou contornos definitivos com o julgamento proferido em sede de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal no ARE 643.686, em 11.4.2013, cujo relator foi o eminente Ministro Dias Toffoli. Confira-se:

REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTÁRIO. IPTU. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT). IMUNIDADE RECÍPROCA (ART. 150, VI, A, CF). RELEVÂNCIA ECONÔMICA SOCIAL E JURÍDICA DA CONTROVÉRSIA. RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO. PRECEDENTES DA CORTE. RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE RECÍPROCA. RATIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL (ART. 543-B, CPC). 1. Perfilhando a cisão estabelecida entre prestadoras de serviço público e exploradoras de atividade econômica, esta Corte sempre concebeu a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos como uma empresa prestadora de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado. Precedentes. 2. No tocante aos tributos incidentes sobre o patrimônio das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde a ACO nº 765, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, na qual se tratava da imunidade da ECT relativamente a veículos de sua propriedade, iniciou-se, no Tribunal, a discussão sobre a necessidade de que a análise da capacidade contributiva para fins de imunidade se dê a partir da materialidade do tributo. 3.

Capacidade contributiva que deve ser aferida a partir da propriedade imóvel individualmente considerada e não sobre todo o patrimônio do contribuinte. Noutras palavras, objetivamente falando, o princípio da capacidade contributiva deve consubstanciar a exteriorização de riquezas capazes de suportar a incidência do ônus fiscal e não sobre outros signos presuntivos de riqueza. 4. No julgamento da citada ACO nº 765/RJ, em virtude de se tratar, como no presente caso, de imunidade tributária relativa a imposto incidente sobre a propriedade, entendeu a Corte, quanto ao IPVA, que não caberia fazer distinção entre os veículos afetados ao serviço eminentemente postal e o que seria de atividade econômica. 5. Na dúvida suscitada pela apreciação de um caso concreto, acerca de quais imóveis estariam afetados ao serviço público e quais não, não pode ser sacrificada a imunidade tributária do serviço público, sob pena de restar frustrada a integração nacional. 6. Mesmo no que concerne a tributos cuja materialidade envolva a própria atividade da ECT, tem o Plenário da Corte reconhecido a imunidade tributária a essa empresa pública, como foi o caso do ISS, julgado no RE nº 601.392/PR, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, redator para acórdão o Ministro Gilmar Mendes, julgado em 1/3/13. 7. Manifesto-me pela existência de repercussão geral da matéria constitucional e pela ratificação da pacífica jurisprudência deste Tribunal sobre o assunto discutido no apelo extremo e, em consequência, conheço do agravo, desde já, para negar provimento ao recurso extraordinário.

O desfecho dado ao caso pela Corte Suprema veio confirmar o entendimento que já era adotado por este Sodalício:

TRIBUTÁRIO. IPTU. IMUNIDADE RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, VI, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXIGIBILIDADE DO TRIBUTO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11). (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. *Francisco Oliveira Neto*, j. 26.2.2013)

Ainda:

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. IPTU. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CASAN. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA, PREVISTA NO ART. 150, VI, "A", DA CRFB/88 ASSEGURADA. BENESSE CONSTITUCIONAL RESTRITA AOS IMPOSTOS, EXCLUÍDAS AS TAXAS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE SODALÍCIO ESTADUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca

prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. em 26/02/2013).

"Esta Corte firmou o entendimento de que as sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público, sujeitam-se à imunidade tributária recíproca, e de que essa imunidade é relativa apenas aos impostos" (RE n. 342.314-2/RS, rel. Min. Gilmar Mendes). (Apelação Cível n. 2011.058868-7, de Abelardo Luz, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 10.12.2013)

Dentro desse contexto, infere-se que o pronunciamento judicial de primeiro grau está a merecer reparo, visto que a imunidade tributária recíproca, a qual decorre da redação do art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição da República, é extensiva às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, tal como a Celesc.

No presente caso, a concessão da segurança deve ser dirigida especificamente ao imóvel de matrícula 16.159 (fls. 22-23), uma vez que dos autos não há prova acerca da existência de outros bem imóveis de sua propriedade que estejam sendo alvo de tributação do IPTU pelo ora recorrido.

No que tange ao pedido de repetição do indébito, é sabido que nos termos das Súmulas n. 269 e 271 do Supremo Tribunal Federal "*o mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança*", assim como a "*concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria*".

A propósito, aliás, já decidiu este Desembargador:

TRIBUTÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DO ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA - IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO MANDAMUS COMO AÇÃO DE COBRANÇA - COMPENSAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE LEI AUTORIZADORA - ORDEM DENEGADA - RECURSO IMPROVIDO.

"1. 'A compensação de débitos de ICMS com créditos decorrentes do Adicional Estadual do Imposto de Renda não é viável à falta de previsão legal. Recurso ordinário a que se nega provimento' (ROMS n. 6.135-0/SP, Min. José de Jesus Filho).

2. O mandado de segurança não é substitutivo da ação de cobrança (STF, Súmula n. 269), bem como a concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria (STF, Súmula n. 271). Do mesmo modo, o writ não se presta como meio alternativo à repetição de indébito." (MS n. 2003.010691-0, da Capital, Rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 12.11.2003). (Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2010.004189-4, da Capital, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 6.4.2010)

Pelo exposto, dá-se parcial provimento ao recurso para reformar a sentença de primeiro grau e conceder, em parte, a segurança, determinando-se que o Município de Iraceminha se abstenha de lançar e cobrar o IPTU tão somente do imóvel registrado sob a matrícula n. 16.159, além de reconhecer a ilegalidade da

incidência tributária a partir da data de impetração da ação mandamental.
É o voto.

Impresso por: 99428725668 - VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO
Em: 26/10/2017 - 16:48:20